



INFÂNCIAS ABRIGADAS: UM ESTUDO DE CASO

PEREIRA, Rita de Cássia Ferreira - Acadêmica do Curso de Pedagogia – Grupo de Pesquisa Cultura Infância, e Educação Infantil - GPCIEI; Faculdade de Educação – UFPel; Bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS – ritadecassia.sorriso@gmail.com

FIGUEIREDO, Marcio Xavier Bonorino - Professor do Departamento de Ensino – Faculdade de Educação – GPCIEI – UFPel. **Orientador** – bonorinosul@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

Falar de criança é algo que nos remete à diversidade e desigualdade relativa à maneira de se viver e entender a infância. Há muitas crianças e adolescentes que enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduzem, desde muito cedo, às precárias condições de vida, ao trabalho infantil, ao abuso e a exploração por parte dos adultos, da mesma forma crianças protegidas ou superprotegidas, de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e de seu entorno social, a educação e os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Pode-se citar além desses, outros exemplos, como é o caso de crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas das cidades, ou são levadas às instituições ditas de proteção, as chamadas casas lares, casas de passagem e/ou casas de abrigo que revelam a diversidade dos discursos sobre a infância e as significações do *ser criança*, retratada nas cenas e nos contextos múltiplos de nossa sociedade contemporânea.

O foco central desta pesquisa foram as crianças e adolescentes tutelados em uma instituição de abrigo, tendo por objetivo investigar as concepções de infância subjacentes aos discursos e às práticas sociais de cuidado e educação dos adultos que atuam na Casa da Criança e do Adolescente – Capão do Leão – RS. Sendo as concepções de infância fruto das próprias mudanças nas formas de organização da sociedade, nas relações de trabalho, expressas através das práticas sociais de cuidar e educar realizadas pelos adultos e das formas de inserção das crianças na cultura. Pensar sobre as concepções de infância é algo complexo que demanda do pesquisador uma rede de conhecimentos distintos e grande sensibilidade. Assim a maneira de ver a criança, nosso jeito de agir e

interagir com as infâncias é algo construído histórico e culturalmente que irá influenciar diretamente o seu modo de vida.

O estudo do cotidiano institucional e de seus componentes careceu de um método cuja abordagem dê conta de um processo de conhecimento aprofundado e não apenas um relato descritivo que separasse a teoria do fenômeno estudado.

A fim de cercarmos o objeto desta investigação de forma a melhor retratá-lo em toda a sua riqueza, oferecendo elementos para uma compreensão do atendimento institucional da C. C. A. e suas relações com outras instituições da sociedade, utilizamos como procedimentos de coleta de dados o cruzamento entre: *observação entrevista com roteiro semi-estruturado e análise documental*. A *observação* foi do tipo participante, sistemática e contínua apoiada por diferentes formas de registro. Os registros foram feitos da combinação de anotações escritas, gravações sonoras e entrevistas semi – estruturada individual e grupal.

Deste modo, o Grupo de Pesquisa em Cultura, Infância e Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas se viu comprometido em desenvolver esta pesquisa voltada ao conhecimento e compreensão dessas infâncias sob tutela do sistema de custódia institucionalizada que, geralmente são tratadas em âmbito social como infâncias invisíveis, desprovidas de especificidade, de forma preconceituosa como um grupo de crianças desvalidas da sorte e fadadas à exclusão (Didonet, 1996; Marcílio, 1998; Rizzini, 1989,1983^a, 1983b).

2 – METODOLOGIA

O objetivo deste estudo encaminhou-se à pesquisa qualitativa tendo interesse em aproximar-se da realidade do universo dos educadores sociais, auxiliares de ensino, coordenação pedagógica, assistente social, funcionários, das famílias ou responsáveis pelas crianças e adolescentes e demais colaboradores dos serviços oferecidos na Casa da Criança e do Adolescente.

Utilizamos como procedimentos para a coleta de dados o cruzamento entre observação - do tipo participante, entrevista com roteiro semi – estruturado e análise documental.

A observação se deu de forma sistemática e contínua apoiada por formas variadas de registro. O *registro* das observações foi feito pela combinação de anotações escritas, gravações sonoras, que foram sistematizadas para análises das informações coletadas.

A *entrevista* foi semi-estruturada individual ou grupal, com um aporte flexível que dependeu da reciprocidade na comunicação entre o entrevistador e o entrevistado. O entrevistador, por sua parte, procurou estar atento ao roteiro preestabelecido e também às respostas dos entrevistados a fim de re-orientações das questões que naquele momento encontravam – se em pauta. O *registro da entrevista* contou com a gravação sonora auxiliada por anotações do entrevistador.

Um outro procedimento - a *análise documental* que, no caso, se torna uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos. Tal procedimento veio complementar os dados obtidos em outras fontes e técnicas e igualmente revelou aspectos novos não apreendidos pelos demais métodos. Os relatórios escritos produzidos pelos sujeitos que dirigem, atuam e interagem os contextos pesquisados, os projetos educativos e assistenciais, assim como, as normas disciplinares construídas para orientarem a convivência nesse ambiente foram alguns dos documentos a serem submetidos à análise de discurso sob perspectivas epistemológicas, tais como: postura crítica por parte do analista, reconhecimento de que tais discursos são históricos e culturalmente específicos e relativos e são produções textuais socialmente constituídas cuja compreensão também se dá através de processos sociais e culturais.

3 – RESULTADOS

Tomamos como ação inicial confrontar as experiências das crianças e das famílias. Nesse momento encontramos três situações que nos fazem refletir sobre as condições, as concepções e o trabalho sócio - pedagógico desenvolvido: Num primeiro momentos observou-se que algumas famílias entendem que a condição de “criança abrigada sob a tutela do estado” não é uma boa solução e que o lugar dos filhos é a casa deles, como vemos explícito na fala de uma das mães “*a casa da criança é boa, mas não é a nossa. A nossa casa é ruim, mas “é nossa”; já em segundo lugar vimos que* outras famílias compreendem, explicam e até consideram a situação de perda da guarda como passageira e necessária; por último a maioria das famílias que não mantém contatos com a casa, desconhecendo completamente a legislação e vêem a casa como lugar de reclusão, quase próxima ao sistema prisional indicado por Foucault, (1982), elas têm medo da proximidade da CCA, do Juizado da Infância e da Juventude e do Conselho tutelar.

A única forma de as famílias das crianças e adolescentes verem seus filhos é indo ao seu encontro durante meia hora nas segundas feiras, todos ao mesmo tempo, recebidos na rua parecendo não haver respeito pela instituição com suas presenças.

Sabemos que no Artigo 23 do (ECA, 1990, p.17) assegura que: “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder”. Já mais adiante no Artigo 92 que: “As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - Preservação dos vínculos familiares”; (ECA, 1990, P.36).

É como se pelo simples fato de ser pobre os tornasse seres que merecem não serem percebidos, reconhecido pela presença nas visitas como direito a estarem com seus filhos. As crianças são abrigadas, por uma forte negação das culturas e das organizações de vida das classes populares mais pobres. A pobreza é um dos fatores principais para a retirada das crianças de suas famílias.

4 - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Podemos dizer que as análises sobre esse lugar/espço vêm nos mostrando que essa instituição representa uma fronteira permeável/impermeável às relações entre as famílias, as crianças e as famílias.

A casa se torna impermeável a essas relações ao oferecer um espaço restrito aos pais que conhecem internamente a casa; quando as auxiliares de educação questionam hábitos trazidos de casa; quando permitem que pais e filhos se encontrem por meia hora semanal; quando em alguns casos os pais deixam de visitar seus filhos, uma vez que não podem pagar uma passagem de ônibus ou não podem perder um dia de trabalho por terem medo de serem dispensados. Um outro aspecto a ser destacado é que essas crianças perdem a visibilidade social ao serem incorporadas ao estado, por não pertencerem mais a uma família. Esses aspectos não servem para desqualificar o atendimento da casa-Lar, mas para nos fazer refletir sobre as relações entre famílias-crianças abrigadas e produção da infância.

5 - REFERENCIAS

ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Cortez, 1988.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1981.

DORNELLES, L.V. **As Infâncias que nos Escapam: Da Criança na Rua à Criança Cyber**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: Percurso Histórico e Desafios do Presente**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.